

**PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO - 2011-2014**

OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2011

GOVERNADOR TARSO GENRO

VICE-GOVERNADOR BETO GRILL

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO JOSÉ CLOVIS DE AZEVEDO

SECRETÁRIA-ADJUNTA DA EDUCAÇÃO MARIA EULALIA NASCIMENTO

CHEFE DE GABINETE SIMONE MOSNA DEMOLY

ASSESSORIA TÉCNICA

COORDENADOR: JOSÉ THADEU RODRIGUES DE ALMEIDA

ASSESSORIA JURÍDICA

AGENTE SETORIAL: ERNESTO JOSÉ TONILO

COORDENADOR: EDSON MENDES

ASSESSORIA DE IMPRENSA

COORDENADORA: MARCELA MARTINS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO - SUEPRO

SUPERINTENDENTE: PEDRO LUIZ MABONI

DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO

DIRETOR: SILVIO JANDIR DA SILVA ROCHA

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

DIRETORA: DOLORIS OCAMPOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

DIRETORA: MARGARETE SIMON FERRETTI

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

DIRETOR: CLAUDIO SOMMACAL

DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO

DIRETORA: ANA CLAUDIA FIGUEROA

DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS

DIRETOR: GLAUBER GULARTE LIMA

Secretaria da Educação



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
1 INTRODUÇÃO.....	5
1.1 ANÁLISE DIAGNÓSTICA DO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE	5
1.2 ANÁLISE DIAGNÓSTICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO.....	6
1.3 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS.....	7
2 O ENSINO MÉDIO COMO ETAPA FINAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	9
2.1 ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO.....	10
2.2 ENSINO MÉDIO CURSO NORMAL.....	10
2.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO.....	10
3 TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO.....	13
3.1 POLITECNIA.....	14
3.2 CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO E DE CURRÍCULO.....	15
4 PRINCÍPIOS ORIENTADORES.....	17
4.1 RELAÇÃO PARTE-TOTALIDADE.....	17
4.2 RECONHECIMENTO DE SABERES.....	17
4.3 TEORIA-PRÁTICA.....	18
4.4 INTERDISCIPLINARIDADE.....	18
4.5 AVALIAÇÃO EMANCIPATÓRIA.....	19
4.6 PESQUISA.....	20
5 PROPOSTA DO ENSINO MÉDIO.....	22
5.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO.....	22
5.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO CURSO NORMAL.....	25
5.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO.....	27
6 METAS.....	29
6.1 METAS DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO E ENSINO MÉDIO CURSO NORMAL.....	29
6.2 METAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO.....	30
REFERÊNCIAS.....	31
ANEXOS	
ANEXO 1 - Matrizes Curriculares.....	33
ANEXO 2 - Itens para Elaboração de Projeto Vivencial – Projeto de Intervenção.....	36
ANEXO 3 - Lista dos Arranjos Produtivos Locais.....	37
ANEXO 4 - Mapeamento Geográfico dos Setores da Economia.....	39
ANEXO 5 - Zoneamento COREDE(s).....	42
ANEXO 6 - Catálogo Nacional de Cursos Técnico de Nível Médio.....	44

APRESENTAÇÃO

A proposta de reestruturação do Ensino Médio, contida neste documento-base, foi construída levando-se em consideração o Plano de Governo para o Rio Grande do Sul no período 2011-2014, os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96 – incluindo a concepção para o Ensino Médio no que diz respeito à sua finalidade e modalidades nela presentes –, além da Resolução sobre Diretrizes Curriculares para a Educação Básica emitida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que se encontra em tramitação no Ministério da Educação para homologação.

O Plano de Governo 2011-2014, no que tange à Política Educacional, estabeleceu como prioridade a democratização da gestão, do acesso à escola, ao conhecimento com qualidade cidadã; à aprendizagem e ao patrimônio cultural, e a permanência do aluno na escola, além da qualificação do Ensino Médio e Educação Profissional.

No entanto, a realidade que se apresenta está a exigir, urgentemente, mudanças e novos paradigmas para o Ensino Médio e para Educação Profissional. A qualidade cidadã da educação está ancorada em três fatores estruturantes: valorização profissional, diretamente relacionada à questão salarial, à carreira e à formação inicial e continuada; reestruturação física da rede estadual de ensino; e reestruturação do currículo da educação básica, em especial o ensino médio.

Como característica de governo, a prática democrática se instala neste processo de reestruturação a partir do debate deste documento-base nas escolas e com a participação de toda a comunidade escolar. Essa discussão, iniciada na escola, demarca a etapa desencadeadora do processo que culminará na Conferência Estadual do Ensino Médio, envolvendo a sociedade como um todo, pois o compromisso com a educação é de todos.

A Conferência Estadual do Ensino Médio e da Educação Profissional se estruturará em cinco etapas: (1) Etapa Escolar, (2) Etapa Municipal, (3) Etapa Regional, (4) Etapa Inter-regional, (5) Conferência Estadual do Ensino Médio e da Educação Profissional. Todas as etapas contemplarão a sistematização e eleição de delegados, que aperfeiçoarão o documento. Na etapa da Conferência Estadual (5) participarão as representações das universidades, dos setores produtivos e outras organizações governamentais e não governamentais.

Nesse processo de construção coletiva é imprescindível a participação e o compromisso dos diversos atores sociais, em especial a parceria com o ensino superior.

O documento-base contextualiza uma proposta para a educação do século XXI, o qual tem a responsabilidade de ofertar à juventude e ao mundo um novo paradigma, uma mudança

estrutural que coloque o Ensino Médio para além da mera continuidade do Ensino Fundamental, instituindo-o efetivamente como etapa final da educação básica. Um Ensino Médio que contemple a qualificação, a articulação com o mundo do trabalho e práticas produtivas, com responsabilidade e sustentabilidade e com qualidade cidadã.

A proposta basicamente se constitui por um ensino médio politécnico que tem por base na sua concepção a dimensão da politecnicidade, constituindo-se na articulação das áreas de conhecimento e suas tecnologias com os eixos: cultura, ciência, tecnologia e trabalho enquanto princípio educativo. Já a educação profissional integrada ao ensino médio se configura como aquisição de princípios que regem a vida social e constroem, na contemporaneidade, os sistemas produtivos. O objetivo é socializar, esclarecer e aperfeiçoar a proposta de governo.

A execução desta proposta demanda uma formação interdisciplinar, partindo do conteúdo social, revisitando os conteúdos formais para interferir nas relações sociais e de produção na perspectiva da solidariedade e da valorização da dignidade humana.

Uma consistente identidade ao Ensino Médio se dará não somente por reverter o alto índice de evasão e reprovação com qualidade social, mas acima de tudo por apresentar um ensino médio que oportunize e se empenhe na construção de projetos de vida pessoais e coletivos que garantam a inserção social e produtiva com cidadania.

1 INTRODUÇÃO

1.1 ANÁLISE DIAGNÓSTICA DO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

O Ensino Médio no Rio Grande do Sul apresenta índices preocupantes, ao considerar o compromisso com a aprendizagem para todos. A escolaridade líquida (idade esperada para o ensino médio 15-17anos)é de apenas 53,1%. A defasagem idade-série no Ensino Médio é de 30,5%. Da faixa etária de 15 a 17 anos, 108.995 jovens ainda frequentam o Ensino Fundamental (INEP/MEC– Educacenso –Censo Escolar da Educação Básica 2010).

Ao mesmo tempo, constatam-se altos índices de abandono (13%) especialmente no primeiro ano, e de reprovação (21,7%) no decorrer do curso, o que reforça a necessidade de priorizar o trabalho pedagógico no Ensino Médio.

A Rede Estadual de Ensino no nível Médio, em termos de matrícula, apresenta a seguinte realidade: turno da manhã, 184.255; turno da tarde, 53.598; e no turno da noite, 115.666, totalizando 354.509 alunos. Deste total, 279.570 (78,9%) estão na faixa etária (até 17 anos), correspondente a esse nível, e 74.939 (21,1%) têm idade superior a 17 anos (DEPLAN/SEDUC/RS, 2011).

Consta também que 84.000 (14,7%) jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola (Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílio PNAD/IBGE - 2009), e que o crescimento de matrículas foi negativo nos últimos cinco anos.

Do universo de 1.053 escolas, 104 oferecem curso normal, 156 oferecem cursos profissionalizantes e 793 ofertam exclusivamente o curso de Ensino Médio. De um total de 24.763 professores, 2.016 atuam no curso normal, 2.037 no ensino profissional e 22.747 somente no Ensino Médio.

Por outro lado, quanto às condições da infraestrutura das escolas, algumas requerem atenção em relação à implantação, à implementação e à construção ou reforma de quadra de esportes (139); laboratório de ciências (103); laboratório de informática (87); biblioteca (9); cozinha (9); acessibilidade ao espaço escolar para pessoas com mobilidade reduzida (320) (DEPLAN/SEDUC/RS, 2011).

Agravando este panorama, constata-se que o ensino se realiza mediante um currículo fragmentado, dissociado da realidade sócio-histórica, e, portanto, do tempo social, cultural, econômico e dos avanços tecnológicos da informação e da comunicação.

Essa conjunção de fatores apresenta uma realidade que exige, urgentemente, novas formas de organização do Ensino Médio.

Além do aporte de investimentos para a ampliação e recuperação da rede física das escolas, do investimento na formação e valorização do magistério, há a necessidade da construção de uma nova proposta político-pedagógica em que o ensino das áreas de conhecimento dialogue com o mundo do trabalho, que interaja com as novas tecnologias, que supere a imobilidade da uma gradeação curricular, a seletividade, a exclusão, e que, priorizando o protagonismo do jovem, construa uma efetiva identidade para o Ensino Médio.

1.2 ANÁLISE DIAGNÓSTICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Na distribuição dos cursos nas regiões do Estado, tomando por referência a caracterização econômica dos COREDE(s)¹ e os arranjos produtivos locais², potenciais ou consolidados, verifica-se que cursos ofertados pela rede pública não refletem as características regionais identificadas.

Aliada a essa situação também chama a atenção a baixa incidência de cursos que dialoguem com as novas tecnologias, havendo um absoluto descolamento entre a oferta e o estágio atual da sociedade no que se refere ao desenvolvimento tecnológico.

A formação técnica está apartada dos rumos do desenvolvimento do Estado, bem como não indica intencionalidade do ponto de vista de preparar uma inteligência para os novos desafios que se apresentam em relação a outro paradigma. Percebe-se essa situação tanto nos cursos relacionados à indústria quanto à agropecuária.

Dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE)³ mostram que a grande recuperação da atividade industrial do Estado em 2010, com um crescimento de 10,3%, ainda não teve reflexo na oferta de cursos. Destaca-se o desempenho positivo dos setores de metalúrgica básica (31,8%); máquinas e equipamentos (27,5%); veículos automotores (25,3%); produtos de metal (20,8%); e o crescimento de 9,5% da atividade da construção civil. A atividade agrícola também teve uma expressiva expansão, (10,9%), e a pecuária, 4,9%.

Ao analisar os cursos oferecidos com os dados apresentados, verifica-se que aqueles que absorvem o maior número de alunos, mais de 18 mil matrículas, em um total aproximado de 30 mil, são apenas seis: Secretariado, Informática, Eletrotécnica, Contabilidade, Agropecuária e Administração. A Contabilidade absorve quase 50% do total das matrículas.

Em relação à forma de oferta, das 151 escolas com educação profissional, na forma concomitante, existem 73 cursos; na subsequente, 78 cursos. Do total de 226 cursos ofertados, a

¹ Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDE(s), criados oficialmente pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam ao desenvolvimento regional.

² Arranjos produtivos locais (APL) são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros agentes locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições financeiras, ensino e pesquisa. (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio).

³ Mensagem à Assembléia Legislativa. Governador Tarso Genro, Porto Alegre, fevereiro de 2011.

maioria, 119, é subsequente e 107, concomitante. O Censo Escolar de 2010 aponta que das 30.522 matrículas, 23.876 eram em cursos subsequentes e 6.646 nos concomitantes. O número de professores era de 2.037, sendo a maioria contratados. Observa-se que prevalece na rede o modelo proposto pelo Decreto 2.208/97, que separa o Ensino Médio da Educação Profissional (EP).

Considerando todas as oportunidades e investimentos proporcionados ao aluno, os dados revelam que, no ano de 2010, entre reprovados e evadidos, obteve-se um percentual de 33% na EP, índice similar ao desempenho dos alunos do Ensino Médio.

Os cursos ofertados na forma subsequente e também na forma concomitante em 2010 concentram alto índice de reprovação. Nas escolas de Educação Profissional que ofertam somente cursos técnicos (concomitantes ou subsequentes), o destaque foi para a evasão dos alunos, atingindo um percentual de 44% das matrículas.

A matrícula inicial de 2011 é outro elemento que possibilita conhecer o desempenho da educação profissional. Foram ofertadas 16.941 vagas no início do ano para uma demanda de 34.329 candidatos, sendo que 18.204 matrículas foram concretizadas em cursos concomitantes e matrículas por disciplina (MPD). Porém, ao final do primeiro semestre deste ano, foram identificadas 16.819 matrículas.

De início, esse conjunto de dados revela que não há uma identidade da EP na Rede: cursos que não dialogam com as cadeias produtivas e organizados de forma desarticulada, professores contratados, índices de reprovação e evasão preocupantes, configuram uma rede de escolas sem projeto pedagógico articulado com a comunidade escolar.

A educação profissional constitui-se em uma das interfaces para a construção de um projeto de desenvolvimento econômico e social equilibrado, devendo integrar o conjunto de ações que visam agregar qualidade ao desenvolvimento do Estado. Portanto, observa-se que também neste quesito a reestruturação em processo deve se debruçar.

1.3 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Analisando o processo histórico da educação profissional e tecnológica, em especial, a de nível médio, desde a Constituinte de 1988, e a aprovação da LDB, em 1996, percebe-se que a perspectiva de formação integral foi perdendo espaço para uma lógica que objetivava separar a educação profissional do ensino médio.

Com o Decreto nº 2.208/1997, expressão maior desta lógica, foi consolidada a separação entre o ensino médio e a educação profissional, além de institucionalizada a reforma da Educação Profissional, por meio do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, pelo qual foram destinados recursos na ordem de 500 milhões de dólares no período 1997-2003, para reforma de unidades ou construção de novas unidades. Este movimento

cumpria o propósito da privatização do Estado brasileiro, consoante com o projeto político em vigência.

Em 2003, com mudanças no governo federal, explicita-se nacionalmente o debate que já vinha sendo gestado sobre o Decreto nº 2.208/97, em especial no que se refere à separação entre ensino médio e educação profissional. Uma grande mobilização de pesquisadores, intelectuais, educadores e instituições vinculadas à educação profissional, retomando a discussão, viabilizam como alternativa para a superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica uma concepção de educação unitária e universal - educação politécnica. Saviani a define como “[...] o domínio dos conhecimentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (SAVIANI *apud* FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 42).

Mas é fato que diante da estrutura como está organizada a sociedade brasileira na atualidade, esta educação politécnica, que não previa ingresso do mundo da produção antes de completar a formação, tornou-se uma perspectiva a vir a ser realizada. Como alternativa possível, surge a ideia de articular a educação geral com eixos estruturantes como base para uma futura educação tecnológica ou politécnica, mas, também, a possibilidade de formação profissional para a população (jovens trabalhadores) que necessita ter acesso a formas dignas de subsistência.

Nesse contexto, o Decreto nº 5.154/2004e a Lei nº 11.741/2008 normatizam a articulação da Educação Profissional com o Ensino Médio, nas formas integrada, concomitante e subsequente, revogando o Decreto nº 2.208/1997. Na sua essência, ainda não contempla a educação tecnológica ou politécnica, mas a sua base contém seus princípios norteadores, acenando rumos ainda a serem percorridos.

A partir deste debate, a tarefa que se coloca para a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul é desenvolver um projeto educacional que atenda às necessidades do mundo do trabalho, mas que tenha na sua centralidade o indivíduo, a partir de uma proposta de formação integral.

2 O ENSINO MÉDIO COMO ETAPA FINAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A LDB instituiu a Educação Básica, integrando os níveis de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, consideradas as suas diferentes modalidades de oferta, de forma a propiciar a estruturação de um projeto de educação escolar que contemple as características de desenvolvimento da criança, do pré-adolescente, do adolescente e do jovem adulto.

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, Lei nº 9.394/1996, Art. 22).

Em decorrência, o texto legal apresenta o ensino médio como etapa final da educação básica, em continuidade ao ensino fundamental, com os seguintes objetivos:

- I – a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamentos posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e desenvolvimento da autonomia intelectual e pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, Lei nº 9.394/1996, Art.35).

Por outro lado, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Câmara de Educação Básica, assim se posiciona:

O Ensino Médio deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas como preparação geral para o trabalho ou facultativamente, para profissões técnicas; na ciência e na tecnologia, como iniciação científica e tecnológica; na cultura como ampliação da formação cultural (CNE/CEB, Resolução nº 04/2010, Art. 26, § 1º).

Esta concepção evidencia uma profunda articulação entre as áreas de conhecimento e seus componentes curriculares com as dimensões Ciência, Cultura, Tecnologia e Trabalho. Esta articulação deve se explicitar no desenvolvimento de ações, atividades e vivências pedagógicas, com vista a modificar a relação atual entre trabalho e trabalhador. Nessa perspectiva, pretende-se que, no seu cotidiano, o trabalhador não fique subordinado ao desenvolvimento de habilidades específicas e a práticas laborais mecânicas, mas incorpore nas suas atividades profissionais os

fundamentos científicos que as sustentam. Isso significa que, antes de aprender algum ofício nos seus aspectos práticos e imediatos, é fundamental a mediação política para sua contextualização como fenômeno histórico e suas perspectivas futuras.

No Estado do Rio Grande do Sul, a etapa final da educação básica constitui-se com as seguintes organizações curriculares: Ensino Médio Politécnico, Ensino Médio Curso Normal, Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, podendo assumir a forma de concomitância externa, e Educação Profissional Técnica de Ensino Médio na forma subsequente, e contempla o acesso à escolaridade nas modalidades: educação de jovens e adultos, educação especial, educação indígena, educação do campo, educação de quilombolas e educação profissional.

2.1 ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO

Tem em sua concepção a base na dimensão politécnica, constituindo-se no aprofundamento da articulação das áreas de conhecimentos e suas tecnologias, com os eixos Cultura, Ciência, Tecnologia e Trabalho, na perspectiva de que a apropriação e a construção de conhecimento embasam e promovem a inserção social da cidadania.

2.2 ENSINO MÉDIO – CURSO NORMAL

Tem em sua concepção a dimensão profissionalizante, constituindo-se na formação de professores para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, a partir da compreensão do que é aprender, de como se aprende e onde se aprende, considerando que construir conhecimento decorre da relação com o outro e com o objeto a ser conhecido. Ao mesmo tempo, possibilita ao aluno ou à aluna o entendimento da infância em seu processo social e histórico e da criança na situação de sujeito de direitos.

2.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO

A LDB prevê formas de articulação entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio, atribuindo a decisão de adoção às redes e instituições escolares

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I – articulada com o ensino médio;

II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta lei, será desenvolvida de forma:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na

mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II – concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

O mundo contemporâneo constitui-se por relações sociais e de produção de caráter excludente, que resultam das formas capitalistas de produção e reprodução da existência e do conhecimento. Nesse contexto, torna-se urgente a reestruturação da educação profissional, tendo em vista a ampliação das possibilidades de inclusão no mundo do trabalho e, por essa via, o acesso aos direitos básicos da cidadania. Para tanto, torna-se necessário construir um currículo que contemple ao mesmo tempo as dimensões relativas à formação humana e científico-tecnológica, de modo a romper com a histórica dualidade que separa a formação geral da preparação para o trabalho.

O enfrentamento deste desafio implica na implementação de uma política de Educação Profissional que integre a educação profissional e tecnológica ao Ensino Médio. Esta concepção de ensino médio integrado ao ensino técnico compreende que a educação geral é parte inseparável da educação profissional, e a preparação para o mundo do trabalho não é sua finalidade exclusiva. Assim, a educação profissional deve se configurar em espaço de aquisição dos princípios que regem a vida social e a produção contemporânea, integrados às formas tecnológicas, às formas de organização e gestão do trabalho e às formas culturais e de comunicação que integram essas dimensões. Para tanto, parte-se do pressuposto que os docentes devem conhecer os processos produtivos que são objeto das propostas de formação, de modo a assegurar a relação entre teoria e prática.

No contexto das novas formas de organização e gestão de trabalho, esses processos são mediados pela microeletrônica, que passa a exigir, dos trabalhadores em geral, o desenvolvimento de competências cognitivas complexas, em substituição ao aprendizado de modos de fazer de natureza psicofísica, simplificados e fragmentados. Ou seja, passa a ser necessário o domínio das capacidades de trabalhar intelectualmente e de dominar as categorias do método científico, para acompanhar a dinamicidade da produção em ciência e tecnologia que caracterizam os processos sociais e produtivos contemporâneos, em que novos problemas

surgem cotidianamente ao tempo em que conhecimentos e ocupações vão se tornando obsoletos.

Como afirma Kuenzer,

[...] para atender a estas demandas, o discurso da acumulação flexível sobre a educação aponta para a necessidade da formação de profissionais flexíveis, que acompanhem as mudanças tecnológicas decorrentes da dinamicidade da produção científico-tecnológica contemporânea, ao invés de profissionais rígidos, que repetem procedimentos memorizados ou recriados por meio da experiência. Para que esta formação flexível seja possível, torna-se necessário substituir a formação especializada, adquirida em cursos profissionalizantes focados em ocupações parciais e, geralmente, de curta duração, complementados pela formação no trabalho, pela formação geral adquirida por meio da escolarização ampliada, que abranja no mínimo a educação básica, a ser disponibilizada para todos os trabalhadores. A partir desta sólida formação geral, dar-se-á a formação profissional, de caráter mais abrangente do que especializado, a ser complementada ao longo das práticas laborais. (KUENZER, 2007, p.1.159).

3 TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

A relação entre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e as novas demandas de educação geral, profissional e tecnológica, já explicitada, evidencia o advento de um novo princípio educativo.

Compreender o trabalho como todas as formas de ação que os seres humanos desenvolvem para construir as condições que asseguram a sua sobrevivência implica reconhecê-lo como responsável pela formação humana e pela constituição da sociedade. É pelo trabalho que os seres humanos produzem conhecimento, desenvolvem e consolidam sua concepção de mundo, conformam as consciências, viabilizando a convivência, transformam a natureza construindo a sociedade e fazem história.

Tomar o trabalho, assim concebido, como princípio educativo, implica em compreender as necessidades de formação de dirigentes e trabalhadores que caracterizam as formas de organização e gestão da vida social e produtiva em cada época. Ou seja, significa reconhecer que os projetos pedagógicos de cada época expressam as necessidades educativas determinadas pelas formas de organizar a produção e a vida social.

Assim é que as formas tayloristas/fordistas de organização da vida social e produtiva demandavam uma pedagogia fundada na memorização, pela repetição, de conhecimentos fragmentados, tanto na educação geral quanto na profissional. A capacidade de fazer se sobrepunha ao trabalho intelectual, uma vez que os processos de trabalho eram tecnologicamente pouco complexos e pouco dinâmicos; a estabilidade e a rigidez eram a norma e a vida social e produtiva se regia por regras claras.

Com o advento da microeletrônica, tanto o trabalho quanto a vida social se modificam, passando a ser regidos pela dinamicidade e pela instabilidade a partir da produção em ciência e tecnologia. A capacidade de fazer passa a ser substituída pela intelectualização das competências, que demanda raciocínio lógico formal, domínio das formas de comunicação, flexibilidade para mudar, capacidade de aprender permanentemente e resistência ao estresse. Ou seja, as mudanças no mundo do trabalho trazem novas demandas para a educação, um novo princípio educativo em que o trabalho predominantemente psicofísico passa a ser substituído pelo trabalho intelectual. Para desenvolver esse novo princípio educativo a escola é fundamental, uma vez que sua função precípua é ensinar a compreender e a transformar a realidade a partir do domínio da teoria e do método científico. Se o saber fazer poderia ser aprendido na prática, sem ou com reduzida escolaridade, o trabalho intelectualizado e a participação na vida social atravessada pelas novas tecnologias demandam formação escolar sólida, ampliada e de qualidade, principalmente para os que vivem do trabalho, para os quais a escola é o único espaço possível de relação intencional com o conhecimento sistematizado.

Se, por um lado, o novo princípio educativo tem positivamente ao demandar o desenvolvimento da capacidade de trabalhar intelectualmente para todos os trabalhadores, o mundo do trabalho, em decorrência das novas tecnologias de base microeletrônica, amplia o desemprego, a precarização e a intensificação de trabalho. Esta contradição traz para a escola um novo desafio: desenvolver consciências críticas capazes de compreender a nova realidade e organizar-se para construir a possibilidade histórica de emancipação humana.

É, pois, esse novo princípio educativo do trabalho que aponta a necessidade premente da reorganização da Educação Básica, e em particular do Ensino Médio e da Educação Profissional de Nível Médio, em um governo comprometido com a inclusão social.

3.1 POLITECNIA

O novo princípio educativo do trabalho, ao apontar a intelectualização das competências como categoria central da formação, superando a proposta taylorista/fordista que propunha percursos diferenciados para formar dirigentes e trabalhadores, retoma a clássica concepção de politecnia, compreendida como domínio intelectual da técnica.

A politecnia se traduz por

[...] pensar políticas públicas voltadas para a educação escolar integrada ao trabalho, à ciência e à cultura, que desenvolva as bases científicas, técnicas e tecnológicas necessárias à produção da existência e a consciência dos direitos políticos, sociais e culturais e a capacidade de atingi-los (GRAMSCI, 1978)

A noção de politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno (SAVIANI, 1989, p. 17).

É a politecnia, assim compreendida, que se constitui no princípio organizador da proposta de Ensino Médio, seja na sua versão geral, o Ensino Médio Politécnico, ou na versão profissional, Educação Profissional integrada ao Ensino Médio.

Na versão geral, o Ensino Médio Politécnico, embora não profissionalize, deve estar enraizado no mundo do trabalho e das relações sociais, de modo a promover formação científico-tecnológica e sócio-histórica a partir dos significados derivados da cultura, tendo em vista a compreensão e a transformação da realidade. Do ponto de vista da organização curricular, a politecnia supõe novas formas de seleção e organização dos conteúdos a partir da prática social, contemplando o diálogo entre as áreas de conhecimento; supõe a primazia da qualidade da relação com o conhecimento pelo protagonismo do aluno sobre a quantidade de conteúdos apropriados de forma mecânica; supõe a primazia do significado social do conhecimento sobre os critérios formais inerentes à lógica disciplinar. A construção desse currículo integrado supõe a quebra de paradigmas e só poderá ocorrer pelo trabalho coletivo que integre os diferentes atores

que atuam nas escolas, nas instituições responsáveis pela formação de professores e nos órgãos públicos responsáveis pela gestão.

Na versão profissional e tecnológica, a politecnia implica na integração dos conteúdos de formação geral e de formação profissional, mediante a construção de itinerários formativos que integrem o conhecimento dos princípios que regem as formas tecnológicas, consideradas as dimensões sócio-históricas e os processos culturais. Da mesma forma que no Ensino Médio Politécnico de natureza geral, a construção do currículo dos itinerários de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio só será possível mediante o trabalho coletivo que integre professores, trabalhadores, representantes sindicais e representantes do setor produtivo, além de Universidades e Governo.

O ponto de partida para essa construção são os processos de trabalho objetos da formação, de modo a superar a lógica disciplinar e a superposição de conteúdos gerais e específicos, para o que novas formas de seleção e organização dos conhecimentos serão necessárias.

3.2 CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO E DE CURRÍCULO

A construção de uma nova proposta de Ensino Médio Politécnico tem como fundamento uma concepção de conhecimento compreendido como

[...] um processo humano, histórico, incessante, de busca de compreensão, de organização, de transformação do mundo vivido e sempre provisório; a produção do conhecimento tem origem na prática do homem e nos seus processos de transformação da natureza (SMED, 1999, p.34).

Em decorrência, o currículo é concebido como o conjunto das relações desafiadoras das capacidades de todos, que se propõe a resgatar o sentido da escola como espaço de desenvolvimento e aprendizagem, dando sentido para o mundo real, concreto, percebido pelos alunos e alunas. Conteúdos são organizados a partir da realidade vivida pelos alunos e alunas e da necessidade de compreensão desta realidade, do entendimento do mundo.

Além das concepções de conhecimento e currículo, a proposta curricular se constituirá pelas bases epistemológica, filosófica, sócio-antropológica e psicossocial.

Epistemológica

A base epistemológica refere-se à compreensão do modo de produção do conhecimento, que se dá pela relação entre sujeito e objeto em circunstâncias históricas determinadas; em decorrência desta relação, o homem é produto das circunstâncias, ao mesmo tempo em que as transforma. A

transformação social é fruto da coincidência entre transformação das consciências e das circunstâncias. Em decorrência, não há aprendizagem sem protagonismo do aluno, que constrói significados pela ação.

Filosófica

A escola será compreendida e respeitada em suas especificidades temporais e espaciais, ou seja, históricas; o currículo será organizado para atender, consideradas essas especificidades, as características próprias dos educandos em seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores, e o trabalho pedagógico será flexível para assegurar o sucesso do aluno;

Sócio-antropológica

O currículo deverá considerar os significados socioculturais de cada prática, no conjunto das condições de existência em que ocorrem; esta dimensão fornece os sistemas simbólicos que articulam as relações entre o sujeito que aprende e os objetos de aprendizagem;

Sociopedagógica

O currículo deverá considerar a relação entre desenvolvimento e aprendizagem; promover o desenvolvimento intelectual na relação com o mundo; compreender a escola como espaço de trabalho cooperativo e coletivo.

4 PRINCÍPIOS ORIENTADORES

4.1 RELAÇÃO PARTE-TOTALIDADE

O desafio de compreender fatos e realidades amplas e complexas, a partir da escolha de conteúdos curriculares, demanda uma relação constante entre a parte e a totalidade.

Totalidade significa um todo estruturado e dialético, do qual ou no qual um fato ou conjunto de fatos pode ser racionalmente compreendido pela determinação das relações que os constituem (KOSIK, 1978).

De fato, é a partir do conhecimento na sua forma mais contemporânea que se pode compreender a realidade e a própria ciência no seu desenvolvimento histórico. “[...] o conhecimento contemporâneo guarda em si a história de sua construção.” (BRASIL, 2007, p.50).

É a contemporaneidade do conhecimento que possibilita compreender a realidade e sua construção histórica. Por outro lado, é a articulação das partes que compõe a realidade. O movimento constante de ir e vir, da parte para o todo e do todo para a parte, como um processo de estabelecer limites e amplitude de problemas e busca de alternativas de solução, constitui-se como processo e exercício de transitar pelos conhecimentos científicos e dados de realidade, viabilizando a construção de novos conhecimentos, responsáveis pela superação da dificuldade apresentada.

4.2 RECONHECIMENTO DE SABERES

A concepção pedagógica que orienta a construção curricular, afirma a centralidade das práticas sociais como origem e foco do processo de conhecimento da realidade, o diálogo como mediação de saberes e de contradições e entende que a transformação da realidade se dá pela ação dos próprios sujeitos.

Em decorrência, assume a complementaridade entre todas as formas de conhecimento, reconhecendo que o saber popular se constitui no ponto de partida para a produção do conhecimento científico.

Embora todas as pessoas exerçam atividades intelectuais ao pensar a realidade e organizar suas concepções a partir dos determinantes socioculturais que lhes conferem organicidade, é preciso reconhecer que a compreensão mais complexa da realidade supõe a superação do senso comum mediante a democratização do acesso ao conhecimento sistematizado. Assim, o saber popular será também o ponto de chegada do conhecimento científico.

Por outro lado, se o conhecimento científico universalmente sistematizado não conseguir estabelecer o diálogo com indivíduos, grupos e suas realidades, levando-os a superar

o senso comum, dificilmente será reconhecido e, portanto, corre o risco de não constituir significado que motive a sua apropriação

A escola é o espaço por excelência da promoção do diálogo dos diferentes saberes, reconhecendo seu poder de transformar a realidade, mas também os seus limites, oriundos de seu modo de produção, que reflete as desigualdades de acesso ao conhecimento e à cultura.

Na perspectiva da correção das distorções historicamente dadas e responsáveis pelas dificuldades de acesso e permanência na escola, uma prática pedagógica comprometida com o enfrentamento das desigualdades define o caráter político da educação. Esta atitude significa colocar a práxis pedagógica no espaço mais permanente da sociedade: no espaço das lutas sociais pela emancipação do ser humano.

4.3 TEORIA-PRÁTICA

A relação entre teoria e prática é, genericamente, uma imposição da vida em sociedade. Não há intervenção humana na realidade com vistas a transformá-la sem uma prévia organização planejada com método e intencionalidade. Isso pressupõe uma íntima aproximação do pensamento e da ação, para resultar em transformação. A relação teoria prática torna-se um processo contínuo de fazer, teorizar e refazer.

Por um lado, a teoria constituída por ideias, hipóteses que levam a representações abstratas, constrói os conceitos que somente serão consubstanciados na prática. Quando submetida à realidade, a teoria apartada da prática social vira palavra vazia e sem significado.

Já a prática, se exclusivamente considerada, se transforma em mera atividade para execução de tarefas, reduzida a um fazer repetitivo que pode se traduzir em automação, ou seja, em ação destituída de reflexão. Em um mundo caracterizado pela dinamicidade, em que as condições materiais renovam cotidianamente as relações sociais e produtivas, a prática que não se sustenta no conhecimento torna-se imobilista e conservadora.

O diálogo permanente entre teoria e prática se constitui como fundamento da transformação da realidade, desde que consciente de sua condição sócio-histórica, e consequentemente, de suas determinações sociais.

4.4 INTERDISCIPLINARIDADE

Para introduzir esta temática é necessário partir do conceito de área de conhecimento (disciplina): uma divisão didática do conhecimento que se caracteriza por ter objeto, linguagem e metodologia específicos. A fragmentação do conhecimento acompanha o preceito que o todo, dividido em partes, tem como objetivo facilitar a aprendizagem. Esse pressuposto tem-se mostrado inadequado, porque, além de descaracterizar o todo, desconstitui a possibilidade de construção de vínculo do conhecimento com a realidade de vida. O tratamento disciplinar do

conhecimento, quando única estratégia de organização do conhecimento, tem se mostrado insuficiente para a solução de problemas reais e concretos.

O relacionamento das grandes áreas de conhecimento e dos saberes para a resolução de problemas não é propriamente novidade, mas a intencionalidade de ações nessa direção, no que diz respeito ao ensino, é recente. Advém do resgate de visões epistemológicas e práticas de pesquisa que trabalham o objeto do conhecimento como totalidade, com interferência de múltiplos fatores, pressupostos estabelecidos a partir dos avanços científicos e tecnológicos contemporâneos.

A compreensão que os problemas não são resolvidos apenas à luz de uma única disciplina ou área do saber desmistifica a ideia, ainda predominante, da supremacia de uma área de conhecimento sobre outra.

O pressuposto básico da interdisciplinaridade se origina no diálogo das disciplinas, no qual a comunicação é instrumento de interação com o objetivo de desvelar a realidade.

A interdisciplinaridade é um processo e, como tal, exige uma atitude que evidencie interesse por conhecer, compromisso com o aluno e ousadia para tentar o novo em técnicas e procedimentos.

Ao buscar um saber mais integrado e livre, a interdisciplinaridade conduz a uma metamorfose que pode alterar completamente o curso dos fatos em educação; pode transformar o sombrio em brilhante e alegre, o tímido em audaz e o arrogante e a esperança em possibilidade (FAZENDA, 2008)

A interdisciplinaridade se apresenta como um meio, eficaz e eficiente, de articulação do estudo da realidade e produção de conhecimento com vistas à transformação. Traduz-se na possibilidade real de solução de problemas, posto que carrega de significado o conhecimento que irá possibilitar a intervenção para a mudança de uma realidade.

O trabalho interdisciplinar, como estratégia metodológica, viabiliza o estudo de temáticas transversalizadas, o qual alia a teoria e prática, tendo sua concretude por meio de ações pedagógicas integradoras. Tem como objetivo, numa visão dialética, integrar as áreas de conhecimento e o mundo do trabalho.

4.5 AVALIAÇÃO EMANCIPATÓRIA

A avaliação emancipatória como eixo desta proposta curricular reafirma a opção por práticas democráticas em todas as instâncias das políticas educacionais. A escola é o espaço privilegiado para a aprendizagem dessas práticas, uma vez que tem o compromisso com o desenvolvimento de capacidades e habilidades humanas para a participação social e cidadã de seus alunos.

Práticas e decisões democráticas se legitimam na participação e se qualificam na reunião de iguais e diferentes, na organização de coletivos, na intermediação e superação de conflitos e na convivência com o contraditório.

Nessa perspectiva, a avaliação emancipatória insere-se no processo educacional como o eixo fundamental do processo de aprendizagem, não somente porque parte da realidade, ou porque sinaliza os avanços do aluno em suas aprendizagens, como também aponta no seu processo os meios para superação das dificuldades, mas, especialmente, porque se traduz na melhor oportunidade de refletir e rever as práticas na escola.

[...] é possível afirmar que o paradigma da avaliação emancipatória mostra-se extremamente adequado na avaliação de programas e políticas quando se tem uma perspectiva crítico-transformadora da realidade e se deseja, como processo avaliativo, uma prática democrática (SAUL, 1998).

Enquanto conceito e metodologia, a avaliação emancipatória se caracteriza como “[...] a consciência crítica da situação e a proposição de alternativas de solução para a mesma, constituindo-se em elementos de luta transformadora para os diferentes participantes da avaliação.” (SAUL, 1998).

Nessa perspectiva, é necessário que os responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho pedagógico na escola assumam o compromisso de incorporar novas práticas avaliativas, na medida em que se propõem a uma mudança de paradigma. Que o novo fazer pedagógico se caracterize, também, pelo abandono da prática da avaliação como instrumento autoritário do exercício do poder, como função de controle, na explicitação da classificação e da seleção, conceitos estes vinculados a qualidade na produção industrial.

4.6 PESQUISA

Uma das características mais marcantes das novas gerações é a curiosidade inquietante por conhecer e transformar o mundo. Nada mais natural, não fossem as relações desiguais que, desde muito cedo, desvelam os caminhos para a inserção social e no mundo do trabalho.

Os indivíduos, para transformarem-se em sujeitos autônomos, capazes de buscar uma inserção cidadã na sociedade, precisam compreender-se no mundo e construir sua atuação visando à transformação da realidade próxima e a mais coletiva, considerando a sua necessidade e dos demais.

A pesquisa é o processo que, integrado ao cotidiano da escola, garante a apropriação adequada da realidade, assim como projeta possibilidades de intervenção. Alia o caráter social ao protagonismo dos sujeitos pesquisadores.

Como metodologia, a pesquisa pedagogicamente estruturada possibilita a construção de novos conhecimentos e a formação de sujeitos pesquisadores, críticos e reflexivos.

Por outro lado, os pressupostos teóricos considerados para a elaboração das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio do CNE, no que se refere à pesquisa como princípio pedagógico, destaca-se:

A pesquisa escolar, motivada e orientada pelos professores, implica na identificação de uma dúvida ou problema, na seleção de informações de fontes confiáveis, na interpretação e elaboração dessas informações e na organização e relato sobre o conhecimento adquirido.

[...] a pesquisa propicia o desenvolvimento da atitude científica, o que significa contribuir, entre outros aspectos, para o desenvolvimento de condições de, ao longo da vida, interpretar, analisar, criticar, refletir, rejeitar idéias fechadas, aprender, buscar soluções e propor alternativas, potencializadas pela investigação e pela responsabilidade ética assumida diante das questões políticas, sociais, culturais e econômicas.

[...] uma concepção de investigação científica que motiva e orienta projetos de ação, visando à melhoria da coletividade e ao bem comum (UNESCO Protótipos Curriculares de Ensino Médio e Ensino Médio Integrado: Resumo Executivo. Brasília, Debates ED. n 1, maio 2011

A incorporação da pesquisa na prática pedagógica é a garantia da construção de novos conhecimentos, a partir da articulação da análise de seus resultados com o acúmulo científico das áreas de conhecimento, para dar conta da necessidade ou realidade a ser transformada.

Propõe-se, assim, uma escola de ensino médio que atue como uma comunidade de aprendizagem. Nela, os jovens desenvolverão uma cultura para o trabalho e demais práticas sociais por meio do protagonismo em atividades transformadoras. Explorarão interesses vocacionais ou opções profissionais, perspectivas de vida e de organização social, exercendo sua autonomia e aprendendo a ser autônomo, ao formular e ensaiar a concretização de projetos de vida e de sociedade (UNESCO, 2011, p. 9).

5 PROPOSTA DO ENSINO MÉDIO

A construção de uma proposta para o Ensino Médio que contemple os aspectos legais e políticos, na perspectiva de aproximação da prática educativa com o mundo do trabalho e com práticas sociais, passa por um currículo que:

No Ensino Médio Politécnico, articule

- uma formação geral sólida, que advém de uma integração com o nível de ensino fundamental, numa relação vertical, constituindo-se efetivamente como uma etapa da Educação Básica, a
- uma parte diversificada, vinculada a atividades da vida e do mundo do trabalho, que se traduza por uma estreita articulação com as relações do trabalho, com os setores da produção e suas repercussões na construção da cidadania, com vista à transformação social, que se concretiza nos meios de produção voltados a um desenvolvimento econômico, social e ambiental, numa sociedade que garanta qualidade de vida para todos.

No Ensino Médio Curso Normal, articule:

- uma formação geral sólida, que advém de uma integração com o nível de ensino fundamental, numa relação vertical, constituindo-se efetivamente como uma etapa da Educação Básica, a
- uma parte diversificada, vinculada a enfoques ou temáticas da educação e conhecimento, dos conhecimentos da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental e de suas práticas voltadas à formação do educador.

E, da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, integre:

- uma formação geral sólida, que advém de uma integração com o nível de ensino fundamental, numa relação vertical, constituindo-se efetivamente como uma etapa da Educação Básica, a
- uma formação profissional, na qual o conhecimento científico tenha sentido para o trabalhador, pois agrega à sua formação técnicas e procedimentos a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos.

5.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO

O Currículo do Curso de Ensino Médio será desenvolvido em três anos, com 3000 horas, sendo que a carga horária no primeiro ano será de 75% de formação geral e 25% de parte

diversificada. No segundo ano, 50% para cada formação e, no terceiro ano, 75% para a parte diversificada e 25% para a formação geral. O acréscimo de 600h nas atuais 2400h, dividido nos três anos, se traduzirá por possibilidades de estágios ou aproveitamento de situações de emprego formal ou informal, desde que seu conteúdo passe a compor os projetos desenvolvidos nos seminários integrados e, com isso, venha a fazer parte do currículo do curso.

	1º ano	2º ano	3º ano	TOTAL
Formação Geral	750h	500h	250h	1.500h
Parte Diversificada	250h	500h	750h	1.500h
TOTAL	1.000h	1.000h	1.000h	3.000h

As proporções de distribuição das cargas horárias dos dois blocos, formação geral e parte diversificada não são rígidas, permitindo aproximações quando da elaboração e distribuição de carga horária pelas áreas de conhecimento na matriz curricular que integra o Projeto Político Pedagógico da Escola. Essa distribuição visa assegurar um processo de ensino e aprendizagem contextualizado e interdisciplinar.

Entende-se por formação geral (núcleo comum), um trabalho interdisciplinar com as áreas de conhecimento com o objetivo de articular o conhecimento universal sistematizado e contextualizado com as novas tecnologias, com vistas à apropriação e integração com o mundo do trabalho.

Entende-se por parte diversificada (humana – tecnológica – politécnica), a articulação das áreas do conhecimento, a partir de experiências e vivências, com o mundo do trabalho, a qual apresente opções e possibilidades para posterior formação profissional nos diversos setores da economia e do mundo do trabalho.

A articulação dos dois blocos do currículo, por meio de projetos construídos nos seminários integrados, se dará pela interlocução, nos dois sentidos, entre as áreas de conhecimento e os eixos transversais, oportunizando apropriação e possibilidades do mundo do trabalho.

Os Seminários Integrados constituem-se em espaços planejados, integrados por professores e alunos, a serem realizados desde o primeiro ano e em complexidade crescente. Organizam o planejamento, a execução e a avaliação de todo o projeto político-pedagógico, de forma coletiva, incentivando a cooperação, a solidariedade e o protagonismo do jovem adulto.

A realização dos seminários integrados constará na carga horária da parte diversificada, proporcionalmente distribuída do primeiro ao terceiro ano, constituindo-se em espaços de comunicação, socialização, planejamento e avaliação das vivências e práticas do curso.

Na organização e realização dos seminários integrados, a equipe diretiva como um todo e, especificamente, os serviços de supervisão e orientação educacional, têm a

responsabilidade de coordenação geral dos trabalhos, garantindo a estrutura para o seu funcionamento.

A coordenação dos trabalhos, que organiza a elaboração de projetos, por dentro dos seminários integrados, será de responsabilidade do coletivo dos professores, e entre eles será deliberada e designada, considerando a necessária integração e diálogo entre as áreas de conhecimento para a execução dos mesmos. Além disso, o exercício da coordenação desses trabalhos, sob a forma rotativa, oportunizará que todos se apropriem e compartilhem do processo de construção coletiva da organização curricular.

Além disso, deverá ser destinado um percentual da carga horária dos professores – um de cada área do conhecimento, para ser utilizado no acompanhamento do desenvolvimento dos projetos produzidos nos seminários integrados.

O desenvolvimento de projetos que se traduzirem por práticas, visitas, estágios e vivências poderão também ocorrer fora do espaço escolar e fora do turno que o aluno frequenta. Para tanto, deverá estar prevista a respectiva ação de acompanhamento executada por um professor.

Os projetos serão elaborados a partir de pesquisa que explicita uma necessidade e/ou uma situação problema, dentro dos eixos temáticos transversais.

Na perspectiva de garantir a interdisciplinaridade, a distribuição da carga horária da formação geral (base comum nacional), na proporção que lhe cabe em cada ano do curso, contemplará equitativamente, os componentes curriculares das áreas do conhecimento.

I – Áreas de Conhecimento

- 1-Linguagens e suas Tecnologias;
- 2-Matemática e suas Tecnologias;
- 3-Ciências Humanas e suas Tecnologias;
- 4-Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

II – Eixos Temáticos Transversais para a Parte Diversificada

- 1-Acompanhamento Pedagógico;
- 2- Meio Ambiente;
- 3- Esporte e Lazer;
- 4- Direitos Humanos;
- 5- Cultura e Artes;
- 6- Cultura Digital;
- 7- Prevenção e Promoção da Saúde;
- 8- Comunicação e Uso de Mídias;
- 9- Investigação no Campo das Ciências da Natureza;

10- Educação Econômica e Áreas da Produção.

5.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO CURSO NORMAL

O Ensino Médio – Curso Normal visa oportunizar a formação de professores a partir da compreensão do que é aprender, de como se aprende e onde se aprende, considerando que construir conhecimento decorre da relação com o outro e com o objeto a ser conhecido. Ao mesmo tempo, possibilitar ao aluno ou à aluna o entendimento da infância em seu processo social e histórico e da criança na situação de sujeito de direitos.

O currículo do Ensino Médio–Curso Normal será desenvolvido em três anos ou 4 anos, com no mínimo 3.000 horas, sendo que, ao total do número de horas do curso acrescente-se 400h correspondentes ao estágio obrigatório. Cada ano do curso está organizado em blocos de áreas de conhecimento, enfoques ou temáticas, cujo planejamento coletivo dos professores desencadeará ações dos educandos na nova organização dos tempos e espaços, pequenos e grandes coletivos consagrados na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

No primeiro ano se caracterizará por uma relação teoria-prática, em que a prática se dará na reflexão sobre o cotidiano da escola em relação aos referenciais teóricos.

No segundo ano se caracterizará por uma relação teoria-prática-teoria, em que se realizarão pequenas práticas de regência de classe, tendo como preocupação a formação do professor pesquisador.

No terceiro e no quarto ano, se for o caso, um período se caracterizará por um processo de reflexão-ação, em que a reflexão se dará sobre a ação do aluno enquanto educador, ou seja, realizando pequenas práticas pedagógicas; e, no outro período, o estágio obrigatório se caracterizará por uma nova ação teorizada, refletida do aluno-professor.

No decorrer do curso, a previsão de realização dos seminários integrados deverá constar na carga horária, proporcionalmente distribuída do primeiro ao último ano, constituindo-se em espaços de comunicação, socialização, planejamento e avaliação das vivências e práticas pedagógicas do curso.

Na organização e realização dos seminários integrados, a equipe diretiva como um todo e, especificamente, os serviços de supervisão e orientação educacional, têm a responsabilidade de coordenação geral dos trabalhos, garantindo a estrutura para o seu funcionamento.

A coordenação dos trabalhos, que organiza a elaboração de projetos, por dentro dos seminários integrados, será de responsabilidade do coletivo dos professores, e entre eles será deliberada e designada, considerando a necessária integração e diálogo entre as áreas de conhecimento para a execução dos mesmos. Além disso, o exercício da coordenação dos

trabalhos, de forma rotativa, oportunizará que todos se apropriem e compartilhem do processo de construção coletiva da organização curricular.

Pelos projetos construídos nos seminários integrados se dará a interlocução, nos dois sentidos, entre as áreas de conhecimento e os enfoques ou temáticas, oportunizando apropriação e possibilidades das práticas pedagógicas.

Além disso, deverá ser destinado um percentual da carga horária dos professores para ser utilizado no acompanhamento do desenvolvimento dos projetos produzidos nos seminários integrados.

O desenvolvimento de projetos que se traduzirem por práticas, visitas, estágios e vivências poderá ocorrer também fora do espaço escolar e fora do turno que o aluno frequenta. Para tanto, deverá estar prevista a respectiva ação de acompanhamento executada por um professor.

Os projetos serão elaborados a partir de pesquisa que explicita uma necessidade e/ou uma situação problema, dentro dos enfoques ou temáticas.

Na perspectiva de garantir a interdisciplinaridade, a distribuição da carga horária contemplará equitativamente, as áreas do conhecimento e os enfoques ou temáticas.

I – Áreas de Conhecimento: Base Comum Nacional

- 1- Linguagens e suas Tecnologias (conhecimentos expressivos/de comunicação; Língua Portuguesa, Literatura, Artes, Língua Estrangeira Moderna, Educação Física);
- 2- Matemática e suas Tecnologias (conhecimentos lógico-matemáticos);
- 3- Ciências da Natureza e suas Tecnologias (conhecimentos físicos, químicos e biológicos);
- 4- Ciências Humanas e suas Tecnologias (conhecimentos filosóficos, geográficos e sócio-históricos).

II – Parte Diversificada: Enfoque ou Temática

- 1- Educação e Conhecimento: base filosófica, psicopedagógica e sócio-antropológica (Psicologia da Educação e da Aprendizagem, Sociologia da Educação, Filosofia da Educação, História da Educação, Desenvolvimento Cognitivo, Desenvolvimento Neuromotor, Antropologia, Educação Especial);
- 2- Conhecimento específico da Educação Infantil e do Ensino Fundamental: Literatura Infantil, Arte-Educação – Cênicas, Plásticas e Música, Expressão Dramática, Recreação e Jogos, Música, Nutrição, Puericultura, Enfermagem, Conhecimento Lógico Matemático, Psicogênese da Leitura e da Escrita, Fundamentos da Psicomotricidade, Desenvolvimento da Linguagem, Planejamento – Organização do Ensino, Legislação, Estrutura e Funcionamento do Ensino, Didáticas e Pesquisa.

O Curso Normal – Aproveitamento de Estudos– poderá ser oferecido ao egresso do Ensino Médio. Deverá ter a duração de 1.600 horas, já incluídas as 400h do estágio profissional obrigatório. Nesse caso, o primeiro ano se caracterizará por uma relação teórico-prática, em que a prática se dará na reflexão crítica sobre o cotidiano da instituição em relação aos referenciais teóricos. O segundo ano se caracterizará por um processo de ação-reflexão-ação, em que a reflexão se dará sobre a ação do aluno enquanto educador, e o estágio, por uma nova ação teorizada refletida pelo aluno educador.

A operacionalização desta proposta, como matriz curricular se efetivará a partir de um processo de construção coletiva, que integrará Seduc (órgão central), Coordenadorias Regionais de Educação, escolas e comunidades.

5.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO

A construção do currículo da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio exige a participação de todos, uma vez que tem o pressuposto do trabalho participativo coletivo na escola.

Na educação profissional, não é possível conhecer a realidade somente a partir dos conhecimentos específicos: eles não dão conta de explicar o todo. Somente na relação com a formação geral é que eles têm sentido enquanto conhecimentos específicos no contexto da formação técnica, num determinado momento histórico. Isso, porque os processos de trabalho e as tecnologias têm tempo histórico, tendo sido produzidos num determinado momento histórico. Assim, trazem na sua estrutura a história da sua construção e são as expressões máximas da consciência da sociedade naquele determinado tempo.

O desenvolvimento local deve constituir-se em eixo organizador da metodologia de ensino-aprendizagem, sendo retirados de sua lógica e estrutura os elementos que orientarão os estudos e pesquisas. Essa metodologia possibilitará uma leitura do conteúdo técnico em pauta, de forma relacionada com a atividade produtiva a qual está vinculada e com a sua inserção e implicações no mundo contemporâneo, global, nacional, regional e local. Além disso, propiciará identificar as transformações que a atividade produtiva sofreu durante o processo de construção da existência e do conhecimento ao longo da história da humanidade e a razão de ser dos saberes a ela associados.

Apointa-se a construção da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio em todas as 73 escolas que ofertam cursos na forma concomitante.

A construção da matriz curricular, nessa perspectiva, exige uma ruptura com a hierarquia dos conteúdos, partindo das áreas do conhecimento, relacionando a formação geral com a especificidade da formação profissional.

Segundo o Parecer CNE/CEB 39/2004, o curso integrado não pode ser organizado com duas partes distintas. Trata-se de um curso único, com um projeto pedagógico único, com proposta curricular única e com matrícula única, tendo a sua carga horária total ampliada, contemplando as cargas horárias mínimas para a formação geral e para a formação profissional. A essa carga horária, poderão ser acrescentadas as cargas horárias destinadas a estágios supervisionados, desde que previsto pelas escolas em seus projetos pedagógicos.

Ainda segundo o parecer, admite-se como carga horária mínima para cursos realizados na forma integrada com o Ensino Médio, um total entre 3.000 e 3.200 horas, integralizadas num período mínimo de três a quatro anos, nos termos do projeto pedagógico das escolas, considerando os perfis dos cursos e as necessidades de propiciar formação integral.

Os seminários integrados se constituirão em momentos de interação e integração das diferentes áreas do conhecimento e a materialização da articulação com as dimensões Cultura, Trabalho, Ciência e Tecnologia.

Considerando a perspectiva do currículo integrado – onde não há dissociação entre teoria e prática – o estágio supervisionado não pode se configurar como um momento distinto do curso, mas sim como uma etapa, na qual os alunos poderão articular o conhecimento teórico e, a partir de hipóteses, responder às demandas que se apresentam no exercício da profissão.

A duração do estágio supervisionado deverá ser acrescentada ao mínimo estabelecido para o curso (Parecer CNE/CEB nº 16/99 e art.9º da Resolução CNE/CEB nº 4/99). Está prevista para cursos com menos de 1.200h uma carga horária mínima para o estágio de 200h; para cursos com 1.200h ou mais, está prevista uma carga horária mínima de 400h (Resolução CEED nº 279/2004), Lei Federal nº 11.788/2008; Resolução nº 279/2004 CEED/RS - Estabelece normas para a organização de estágio de alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

6 METAS

6.1 METAS DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO E ENSINO MÉDIO CURSO NORMAL

Para o acompanhamento da implantação da proposta de reestruturação curricular do Ensino Médio, a Secretaria de Estado da Educação estabelece as seguintes metas e indicadores:

- 1- Universalização do acesso ao Ensino Médio Politécnico, com qualidade social, até 2014;
- 2- Aumento gradativo da taxa de aprovação e permanência nas escolas de Ensino Médio na medida da implantação da reestruturação curricular, de 2012 a 2014;
- 3- Ressignificação do Ensino Médio Politécnico e Ensino Médio - Curso Normal, através da reestruturação curricular, de 2012 a 2014;
- 4- Aprovação, pelo Conselho Estadual de Educação, de Regimento Referência para o Ensino Médio, decorrente da proposta de reestruturação curricular do Ensino Médio - até dezembro de 2011;
- 5- Implantação gradativa da reestruturação curricular nas escolas de Ensino Médio da rede estadual, iniciando em 2012 com o 1º ano;
- 6- Formação continuada para os professores do Ensino Médio com vistas à implantação e implementação da reestruturação curricular, de 2012 a 2014;
- 7- Articulação de ações entre o Departamento Pedagógico e Superintendência da Educação Profissional, com vista à implantação da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio nas escolas de Ensino Médio, de 2012 a 2014;
- 8- Desenvolvimento de projetos de Iniciação Científica nas Escolas de Ensino Médio, envolvendo Professores e Alunos, de 2012 a 2014.

6.2 METAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO (REESTRUTURAÇÃO DOS CURSOS)

Frente às constatações feitas a partir do diagnóstico da educação profissional pública, colocam-se objetivos e metas a serem alcançados nos próximos três anos. A qualificação da Rede passa necessariamente por:

- 1- Avaliar a oferta de cursos regionais, para eliminar a defasagem entre os cursos ofertados e as características sociais, econômicas e culturais até 2014;
- 2- Reduzir gradativamente os índices de repetência e evasão a índices aceitáveis;
- 3- Ampliar vagas em 50% até o fim de 2014;
- 4- Implantar cursos novos, a partir da realização de seminários microrregionais, iniciando o debate no processo da Conferência Estadual, atendendo aos seguintes critérios:
 - os Arranjos Produtivos Locais – APL (Anexo 3), de acordo com identificações da Agência de Desenvolvimento e Promoção do Investimento da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento;
 - caracterização socioeconômica dos Corede(s). Sugere-se como fonte as informações sistematizadas pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), organizadas a partir do Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)
 - a Economia Solidária em desenvolvimento nas regiões, por meio da Secretaria Estadual de Economia Solidária e Micro Empresa e dos Fóruns Regionais de Economia Solidária;
 - a política de desenvolvimento da agricultura familiar de base ecológica, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo e das EMATER regionais;
 - a economia desenvolvida nas áreas de assentamentos do Movimento Sem-Terra (MST), nas respectivas regiões do Estado;
 - a economia desenvolvida nas comunidades quilombolas e indígenas, nas respectivas regiões do Estado;
 - projetos locais de desenvolvimento, a partir das prefeituras e organizações não governamentais.
- 5- Implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) em parceria com os Institutos Federais e Sistema “S”: - oferta de vagas em cursos técnicos para os alunos da rede estadual, com início previsto para 2012, conforme pactuação.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Jose Clovis de. *Revista Pedagógica Paixão de Aprender*. n. 9. Porto Alegre: SMED, 1995.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Cultura do Povo e a Educação Popular. In: *A Questão Política da Educação Popular*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- _____. *A Educação Popular na Escola Cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica. *Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio – Documento Base*, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Leis e Decretos. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Leis e Decretos. *Decreto nº 2.208*, de 17 de abril de 1997. Dispõe sobre a regulamentação do parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da lei federal 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Leis e Decretos. *Decreto nº 11.741*, de 16 de junho de 2008, que altera dispositivos da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos, e da educação profissional e tecnológica.
- CNE. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 04*, de 13 de julho de 2010. Define diretrizes curriculares nacionais, gerais para educação básica.
- CNE. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Parecer CNE/CEB nº 5/2011. Assunto: diretrizes curriculares nacionais para ensino médio. Parecer aprovado em 5/5/2011, aguardando homologação do MEC.
- FAZENDA, Ivani C. A. *O que é Interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.
- FILHO, Domingos Leite Lima. *Impactos das recentes políticas públicas de educação e formação de trabalhadores: desescolarização e empresariamento da educação profissional*. Perspectiva, v.20, n. 02, p. 269-301, Florianópolis, jul.-dez. 2002.
- FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. *O trabalho como princípio educativo*. In: COSTA, Hélio & CONCEIÇÃO, Martinho da. (Org.) *Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e Certificação Educacional e Profissional*. São Paulo: CUT, 2005.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades*. México: Siglo XXI, 2001.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KUENZER, Acácia Z. *Ensino Médio e Profissional: as políticas do estado neoliberal*. São Paulo, Cortez, 1997.

_____. *Conhecimento e Competências no Trabalho e na Escola*. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p2-11, maio/agosto, 2002.

_____. *Educação Profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão*. Educação e Sociedade, Campinas, Volume 27, nº96 – ESPECIAL, p.877-910, outubro 2006.

_____. *Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente*. Educação e Sociedade. Campinas, Volume 28, nº 100-ESPECIAL, p. 1153-1178, outubro 2007.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MACHADO, Lucília. *Ensino Médio e Técnico com Currículos Integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa*. In: JAQUELINE MOLL & Colaboradores. (Org.). *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. 1ª Ed. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SAUL, Ana Maria. *Avaliação Emancipatória*. São Paulo: Cortez, 1998.

SAVIANI, Demerval. *Sobre a Concepção de Politecnia*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

SMED. *Cadernos Pedagógicos nº 9*. Porto Alegre, 1999.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Editora Cortez, 2009. .

UNESCO. *Protótipos Curriculares de Ensino Médio e Ensino Médio Integrado: Resumo Executivo*. Brasília, Debates ED, n.1, maio 2011.

Departamento Pedagógico
1ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DO ENSINO MÉDIO
RESUMO DO PROCESSO DA CONFERÊNCIA

ETAPAS	PERÍODO	DESCRIÇÃO	LOCAL
<p><u>1ª - ETAPA ESCOLAR</u></p> <p>DEBATE, APROFUNDAMENTO E AMPLIAÇÃO DA PROPOSTA COMO REFERENCIA O TEXTO BASE DA SEDUC</p>	<p>Final de Setembro e Outubro de 2011 – Primeira quinzena</p>	<p>Encontro de formação nas escolas para debate o Texto Base da SEDUC e escolher os delegados das escolas que participarão na Etapa Municipal. Essas reuniões deverão contemplar os quatro segmentos da comunidade escolar: Professores, Funcionários, Alunos e Pais/mães e/ou a comunidade em geral.</p> <p>O Nº de delegados que a escola terá direito dependerá do nº de participantes no encontro. É necessário que sejam escolhidos delegados que representem cada um dos segmentos participantes.</p>	<p>Em todas as escolas de Ensino Médio</p> <p>Coordenados pela Equipe Diretiva da escola e acompanhado pelas CRES.</p>
<p><u>2ª – ETAPA MUNICIPAL</u></p> <p>DEBATE, APROFUNDAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DO CONJUNTO DAS ESCOLAS SITUADAS NO MUNICÍPIO TENDO COMO REFERENCIA O DEBATE REALIZADO NAS ESCOLAS E O TEXTO BASE DA SEDUC</p>	<p>Outubro de 2011 – Segunda quinzena</p> <p>(usar um dos dias previstos para o seminário de outubro)</p>	<p>Nos municípios em que existem mais de uma escola Estadual ocorrerá um Encontro Municipal reunindo os delegados escolhidos nas escolas, representativos do conjunto dos segmentos da escola, que têm a responsabilidade de representar e apresentar as sistematizados realizadas em suas escolas de origem.</p> <p>Nessa etapa serão escolhidos, dentre os participantes, os delegados por município contemplando sempre os diferentes segmentos da comunidade escolar.</p>	<p>Em cada município, em local a ser definido.</p> <p>Coordenado pela CRE.</p>
		<p>Quando no município existir somente uma escola de Ensino Médio, a etapa escolar será considerada também como sendo essa 2ª etapa.</p> <p>Nesse caso os delegados escolhidos nas escolas serão automaticamente os delegados municipais.</p>	<p>Nesse caso em cada escola coordenado pela Equipe Diretiva e pela CRE.</p>

<p><u>3ª ETAPA REGIONAL</u></p> <p>DEBATE, APROFUNDAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DO CONJUNTO DOS MUNICIPIOS DE UMA MESMA CRE TENDO COMO REFERENCIA O DEBATE REALIZADO NOS MUNICIPIOS E O TEXTO BASE DA SEDUC</p>	<p>Novembro de 2011 – Primeira quinzena</p>	<p>Conferência, por Região de abrangência de cada CRE, com a participação dos delegados escolhidos na etapa municipal.</p> <p>Dessa etapa deverá ser elaborado um texto contendo a sistematização do debate.</p> <p>Escolha dos delegados Regionais para próxima etapa da Conferência, de acordo com o número de participantes com presença registrada em Ata.</p>	<p>Em cada CRE em local a ser definido e coordenado pela CRE.</p>
<p><u>4ª ETAPA INTER-REGIONAL</u></p> <p>DEBATE, APROFUNDAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DE UM CONJUNTO DE CRES TENDO COMO REFERENCIA O DEBATE REALIZADO NAS REGIÕES E O TEXTO BASE DA SEDUC</p>	<p>Novembro de 2011 – Segunda quinzena</p>	<p>Conferência, reunido CRES do seguinte modo:</p> <p>Encontro Inter regional: Rio Grande (5ª), Bagé (13ª) e Pelotas (5ª).</p> <p>Encontro Inter regional: Cruz Alta (9ª), Santo Ângelo (14ª), Santa Rosa (17ª), Três Passos (21ª), São Luiz Gonzaga (32ª), Ijuí (36ª).</p> <p>Encontro Inter regional: Estrela (3ª), Santa Cruz do Sul (6ª), Santa Maria (8ª), Cachoeira do Sul (24ª).</p> <p>Encontro Inter regional: São Borja, (35ª), Uruguaiana (10ª), Santana do Livramento (19ª).</p> <p>Encontro Inter regional: Canoas (27ª), São Leopoldo (2ª) Gravataí (28ª).</p> <p>Encontro Inter regional: Palmeira das Missões(20ª), Passo Fundo (7ª), Erechim (15ª), Soledade (25ª), Carazinho (39ª).</p> <p>Encontro Inter regional: Bento Gonçalves (16ª), Caxias do Sul (4ª), Vacaria (23ª).</p> <p>Encontro Inter regional: Osório (11ª), Guaíba (12ª) – Rever essa situação.</p> <p>Encontro Inter regional: Porto Alegre (1ª). Rever essa situação.</p>	<p>Inter regional: Em Rio Grande</p> <p>Inter regional: Em Ijuí</p> <p>Inter regional: Em Estrela</p> <p>Inter regional: _____</p> <p>Inter regional: _____</p> <p>Inter regional: _____</p> <p>Inter regional: _____</p> <p>Inter regional: _____</p> <p>Inter regional: _____</p> <p>Inter regional: _____</p> <p>Coordenados pela SEDUC-órgão central com a participação das CRES envolvidas em cada encontro.</p>

<u>5ª ETAPA</u> <u>CONFERÊNCIA</u> <u>ESTADUAL</u>	Dezembro de 2011 Dia	Conferência Estadual com a participação dos delegados escolhidos na etapa inter regional.	Em Porto Alegre, em local a ser confirmado
		Podem participar convidados Representantes de outras instituições, Organizações, Entidades e Segmentos Sociais de representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dos Sistemas de Ensino, de Empresários, de Órgãos Públicos, de Entidades e Organizações de Pais e Estudantes, da Sociedade Civil, dos Movimentos de Afirmação da Diversidade, do Conselho Municipal de Educação e de Organismos Internacionais. Esses deverão ser credenciados em separado.	Coordenado pela SEDUC/orgão central
<u>6ª ETAPA DE</u> <u>ELABORAÇÃO DO</u> <u>DOCUMENTO FINAL</u>	Janeiro 2012	Organização do documento final e do Regimento contendo a reestruturação curricular do Ensino Médio que servirão para a formulação das ações subsequentes e para implementação gradativa a partir de 2012, começando pelo primeiro ano.	No Departamento Pedagógico/SEDUC

ORIENTAÇÕES GERAIS:

1º) Entre agosto e setembro ocorrerão reuniões com os Coordenadores Pedagógicos e os representantes do Ensino Médio das CRES para preparar o conjunto das etapas da Conferência.

2º) Da primeira à quinta etapa o debate dar-se-á a partir dos seguintes Eixos de discussão e aprofundamento:

Eixo 1: Ensino Médio e desafios do panorama atual: Novos contextos e novas legislações.
Eixo 2: Conceitos e Referenciais Orientadores da oferta e da organização do Ensino Médio.
Eixo 3: Organização Curricular do Ensino Médio: Áreas do Conhecimento, Componentes Curriculares Obrigatórios, distribuição dos tempos e duração do curso.
Eixo 4: Organização Curricular do Ensino Médio: Metodologia de Trabalho Pedagógico, dinâmica do Trabalho como Princípio Educativo e Vocações com vistas ao Desenvolvimento Regional.
Eixo 5: Organização Curricular do Ensino Médio: Sistema de Avaliação, Diagnóstico, Acompanhamento dos alunos ao longo do curso e reorganização da prática docente.

3º) As contribuições e aprofundamentos oriundas dos participantes, em cada etapa, deverão dialogar com o documento base da Seduc e estar em consonância com a nova Legislação do Ensino Médio.

4º) Em relação a participação da comunidade escolar será observado o seguinte:

- a) Serão considerados segmentos da comunidade escolar: Professores, Funcionários, Alunos, Pais e/ou responsáveis.
- b) A Coordenação Pedagógica, supervisor (es), orientador (es) e vice-diretor (a) da escola serão identificados e computados como membros do segmento professores.
- c) Os participantes deverão registrar a sua presença em lista adequada para este fim, e organizada por segmento, nas diferentes etapas da Conferência.

5º) Em relação a escolha de delegados, da 1ª à 4ª etapa da Conferência, será observado o seguinte:

- a) Os delegados serão escolhidos, dentre os participantes do Encontro previsto em cada etapa.
- b) A escolha de delegados deverá estar de acordo com a seguinte proporcionalidade por segmento:

Professores = 75%

Funcionários = 5%

Alunos = 15%

Pais e/ou responsáveis = 5%

- c) Caso o número de candidatos a delegado seja igual ou inferior ao percentual estipulado, todos serão considerados delegados (as). Em havendo mais candidatos do que o número de vagas por segmento, os segmentos nessa condição reunir-se-ão, durante o Encontro, para definição da nominata dos delegados.
- d) Serão escolhidos, também, suplentes, por segmento, em cada etapa, que substituirão os delegados eleitos no caso de impedimento de sua participação nas etapas subsequentes que passa então a assumir a titularidade.
- e) Os/as Diretores das escolas são delegados/as natos nas etapas: municipal (2ª) e regional (3ª), porém nos Encontros Regionais deverão ser escolhidos delegados que representarão as direções nas etapas: inter regional (4ª) e Estadual (5ª) também na mesma proporção constante no item "b" dentre os que estiverem presentes nesta 4ª etapa.